FUNCIONÁRIO INTERINO — OCUPAÇÃO DE CARGO EM SUBSTITUIÇÃO DO TITULAR

— A não ser o *funcionário efetivo*, nenhum servidor de outra espécie poderá ser nomeado para exercer, em substituição, o cargo isolado de provimento efetivo ou em comissão e função gratificada.

— *Interpretação do art. 89 do decreto-lei n.º 4.920, de 28-10-41.*

INTERVENTORIA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO

Em 12 de janeiro de 1945

Excelentíssimo Senhor Interventor Federal no Estado :

No presente processo, o Sr. Contador Geral do Estado propõe a nomeação do contabilista, classe L, interino, Adolfo Sindulfo Teixeira, para exercer, em substituição, o cargo de provimento em comissão de Contador-chefe padrão R, da Contadoria Geral do Estado, durante o afastamento do Sr. Ewerton Dias Ferreira, titular dêste último cargo.

2. O Sr. Ewerton Dias Ferreira afastou-se do efetivo exercício de seu cargo, de Contador-chefe, padrão R, por motivo de doença, legalmente licenciado na forma do item 1.º do art. 144 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis Estaduais, pelo espaço de quarenta dias contados a partir de 12 de dezembro de 1944.

3. O Sr. Adolfo Sindulfo Teixeira, proposto para essa substituição, exerce, em caráter *interino*, o cargo de contabilista, classe L, e está lotado na Secretaria da Fazenda — Contadoria Geral do Estado.

4. Segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, o afastamento temporário do funcionário do exercício de seu cargo exige, em regra, a sua substituição.

5. Essa substituição pode-se dar para o funcionário titular de cargos isolados, tanto de provimento efetivo como em comissão, e, finalmente, para o ocupante de função gratificada.

6. Assim dispõem os arts. 88 e 89 desse diploma legal (decreto-lei n.º 4.920, de 28 de outubro de 1941):

Art. 88. Só haverá substituição remunerada no impedimento legal ou temporário do ocupante de cargo isolado de provimento efetivo ou em comissão, e de função gratificada.

Parágrafo único. A substituição automática, prevista em lei, regulamento ou regimento, não será remunerada.

Art. 89. A substituição remunerada dependerá da expedição de ato da autoridade competente para nomear ou designar e só se efetuará quando imprescindível, em face das necessidades do serviço.

§ 1.º O substituto, funcionário ou não, exercerá o cargo ou a função, enquanto durar o impedimento do respectivo ocupante, sem que nenhum direito lhe caiba de ser provido efetivamente no cargo.

§ 2.º O substituto, durante o tempo que exercer o cargo ou a função, terá direito a perceber o vencimento ou a gratificação respectiva.

§ 3.º O substituto, se fôr funcionário, perderá, durante o tempo de substituição, o vencimento ou remuneração do cargo *de que é ocupante efetivo*, se pelo mesmo não optar. No caso de função gratificada, percebê-lo-á, cumulativamente, com a gratificação respectiva. (Ressalva-se o grifo).

7. Há, entretanto, na proposta da Contadoria Geral do Estado, uma particularidade que mereceu a melhor atenção dêste Departamento. Trata-se da natureza toda transitória, precária mesmo, que reveste o exercício da função pública pelo Sr. Adolfo Sindulfo Teixeira. É ele ocupante interino de um cargo de contabilista e, nessa qualidade, de interino, *deve ser considerado um substituto*. É bem verdade que ele não substitui determinado titular. Mas, como já se disse, exerce o cargo *enquanto não apareça candidato que satisfaça as condições para nomeação efetiva ou estágio probatório*.

8. Que a interinagem se confunde com a substituição, não há negar. Di-lo melhor TITO PRATES DA FONSECA, em seu *Lições de Direito Administrativo*, pág. 155:

“Quanto à nomeação interina, *que é afim com a substituição*, tem ela como elemento essencial ser o nomeado estranho aos quadros do funcionalismo”. (Ressalva-se o grifo).

9. E TITO PRATES DA FONSECA classifica em apenas três as formas de nomeação para os cargos públicos civis, segundo as normas estatutárias, a saber: para cargo efetivo, em comissão e interino (obra e pág. citadas).

10. TEMÍSTOCLES BRANDÃO CAVALCÂNTI tem a mesma conceituação para servidores dessa natureza (sic):

“Os interinos, no sentido restrito e obedecendo à nomenclatura do Estatuto dos Funcionários, são aqueles que substituem funcionários efetivos, de cargo isolado, ou que ocupam temporariamente até o seu preenchimento regular cargos vagos para os quais não haja ocupantes. (*Tratado de Direito Administrativo*, vol. III, pág. 176).

11. Era princípio consagrado pela legislação federal anterior ao Estatuto que a substituição do ocupante de cargo isolado recaísse em pessoa estranha ao quadro do funcionalismo.

12. Já a legislação vigente admite a substituição por funcionário, porém, *quando o substituto é ocupante efetivo de outro cargo* (§ 3.º do art. 89 do

E.F., transcrito). Nem a legislação atual admite, nem a legislação antiga admitia, expressamente, a substituição por funcionários interinos ou substitutos.

13. De tudo exposto se conclui que o ocupante interino ou substituto de cargos de carreira (classe inicial), isolados, de provimento efetivo ou em comissão e de funções gratificadas, não pode exercer outro cargo em substituição.

14. Na observância dessas conclusões, este Departamento se manifesta contrário à nomeação do Contabilista, classe L, interino, Adolfo Sindulfo Teixeira, para exercer, em substituição, o cargo de contador-chefe, padrão R, da Contadoria Geral do Estado.

15. E, aproveitando a oportunidade, propõe ainda este Departamento, desde que Vossa Excelência haja por bem adotar estas conclusões, a expedição de uma circular pela Secretaria do Governo, recomendando aos Srs. Secretários de Estado e Diretores de repartições diretamente subordinadas ao Chefe do Poder Executivo, que se abstenham de propor a nomeação de funcionários interinos e substitutos para exercerem outros cargos em substituição.

16. Exclui-se dêsse princípio a ser firmado a substituição automática, não remunerada, por se tratar, na forma da lei, de uma decorrência natural do próprio cargo.

Renovo a Vossa Excelência as expressões do meu profundo respeito e admiração. — *Alberto Rodrigues da Silva*, Diretor Geral do D.S.P.

DESPACHO

O funcionário proposto para exercer, em substituição, o cargo de contador-chefe, padrão R, é interino, e somente funcionário efetivo pode ser nomeado em substituição, consoante prescreve clara e inofismavelmente a primeira parte do § 3.º do art. 89 do decreto-lei n.º 4.920, de 28 de outubro de 1941, *verbis* :

“O substituto, se fôr *funcionário*, perderá, durante o tempo da substituição, o vencimento ou remuneração do cargo de que é ocupante *efetivo*, se pelo mesmo não optar”.

Ora, a não ser *funcionário efetivo*, nenhum servidor de outra espécie poderá ser nomeado para exercer, em substituição, “cargo isolado, de provimento efetivo ou em comissão, e função gratificada”, a não ser que o interessado solicite exoneração do cargo de que é ocupante em caráter interino, a fim de possibilitar a nomeação, também, interina, de novo funcionário para o seu lugar, uma vez que o provimento interino visa, como é óbvio e lógico, o desempenho de serviços inadiáveis e considerados indispensáveis e que justificam o preenchimento do cargo vago.

Ex-vi-legis, a substituição somente poderá verificar-se ou por *funcionário* ou pessoa estranha ao serviço público; para que possa recair em *funcionário* é preciso que o mesmo seja *efetivo*.

Com tais entendimentos, impossível e contrária à letra da lei é a substituição por funcionário interino, a menos que haja sido exonerado do cargo de que é titular interino.

À vista dessas considerações, oponho-me à nomeação solicitada, que carece de amparo legal.

De novo, ao Departamento do Serviço Público, para as providências que se tornarem convenientes.

23-1-945. — Dr. *Ludovico*, Interventor Federal.